

Para acessar o relatório completo, clique [aqui](#).

3. CENÁRIOS PARA A DÍVIDA PÚBLICA

Situação fiscal continua adversa e dívida mantém tendência de alta. A presente seção apresenta os cálculos atualizados da IFI para a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), conforme divulgada pelo Banco Central. Desde logo, é importante destacar que as perspectivas para a evolução da DBGG continuam muito negativas e não apontam estabilidade em relação ao PIB nos cenários base e pessimista. No cenário otimista, uma trajetória de queda se iniciaria em 2022. O desafio fiscal está cada vez mais concentrado no médio prazo, isto é, na capacidade do governo em anunciar medidas que efetivamente permitam recuperar a geração de superávits primários em tempo razoável.

PIB nominal mais alto, em 2020, produziu uma relação dívida/PIB menor do que a esperada em novembro passado pela IFI. Em 2020, a dívida ficou em patamar mais baixo do que o esperado pela IFI, sobretudo pelo PIB nominal mais elevado, como discutiremos a seguir. O dado do PIB de 2020 ainda não é conhecido, mas a incorporação, nas estimativas da IFI, da inflação mais alta e da taxa de queda real mais baixa elevou o PIB nominal considerado no cálculo da DBGG/PIB. Além disso, foram revisados os dados de anos anteriores. Na mesma direção, como discutido no Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) de janeiro¹, o Banco Central incorporou esses fatores nas planilhas de dívida pública².

Dívida/PIB foi revisada pelo Banco Central em razão das mudanças nas séries do IBGE. Assim, a DBGG representou 74,3% do PIB, em 2019 (e não 75,8%, valor divulgado pelo Banco Central antes da revisão do PIB de 2020), e 89,3%, em 2020, conforme dado oficial do Banco Central. No caso da IFI, com o PIB nominal projetado neste momento, a dívida/PIB de 2020 teria sido de 89,6% do PIB. Essa discrepância será dissolvida quando o IBGE divulgar, em março, os dados fechados de 2020 para o PIB nominal. O fato principal é que as projeções apresentadas pela IFI, em novembro de 2020, indicavam nível mais elevado para 2020, sobretudo por este efeito do PIB nominal, que acabou sendo ajustado para cima com a mudança metodológica promovida pelo IBGE, a queda real menor do PIB e um deflator mais alto (em razão da inflação mais pressionada no curto prazo).

Projeção para a dívida, em termos nominais, ficou próxima do dado realizado. Em novembro de 2020, projetávamos 93,1% do PIB para a DBGG. Em janeiro, incorporando a questão descrita acima, o número foi revisado para 90,1%, bem próximo do valor realizado já mencionado. Para os anos à frente, este ponto de partida mais baixo é uma variável central, como mostraremos. No entanto, a trajetória de alta se mantém, nos cenários base e pessimista, até 2030. Vale registrar que a estimativa de novembro da IFI estava bastante próxima do dado realizado da dívida bruta, em termos nominais, tendo sido a questão do PIB o principal fator a explicar as diferenças entre as projeções e o dado realizado, como já mencionado. A DBGG, em 2020, totalizou R\$ 6,62 trilhões, enquanto a projeção da IFI indicava R\$ 6,64 trilhões.

3.1 Cenário base

A dívida bruta deve terminar 2021 em 92,7% do PIB no cenário base. No RAF de novembro de 2020, a dívida bruta alcançaria 96,2% do PIB, em 2021, depois de atingir 93,1% em 2020. Nesta revisão, a partir de um nível de 89,6%, em 2020, a dívida deve subir para 92,7% do PIB, alta expressiva, de 3,1 p.p. do PIB. O PIB nominal mais alto, antes estimado em R\$ 7.606,7 bilhões (RAF de novembro de 2020), agora é calculado pela IFI em R\$ 7.926,2 bilhões.

¹ Acesse aqui o RAF de janeiro de 2021 –

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/583296/RAF48_JAN2021.pdf

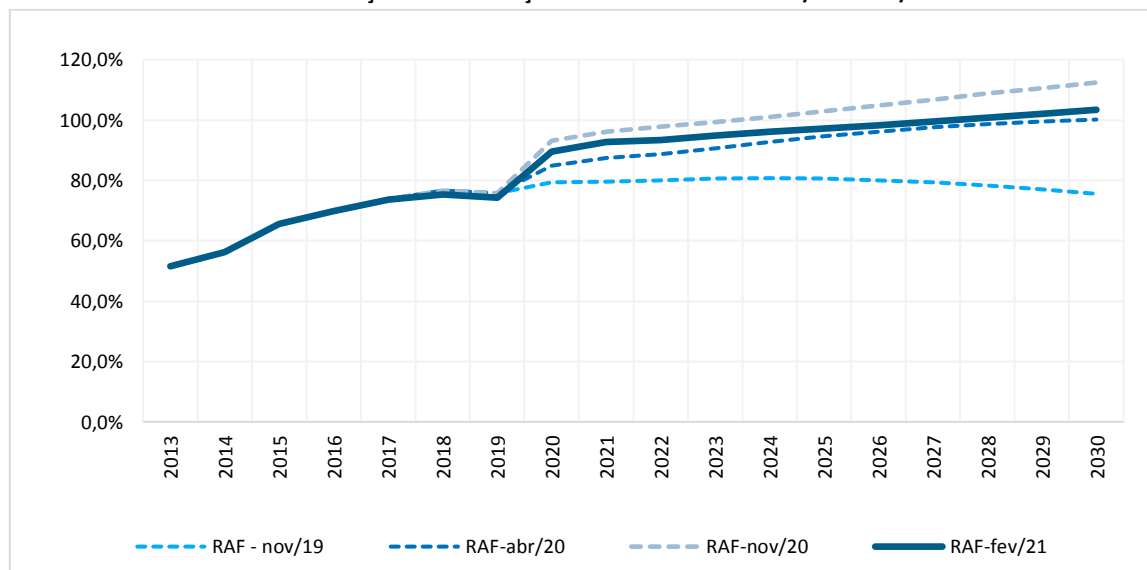
² Acesse aqui os dados de dívida/PIB publicado pelo Banco Central –

https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/Documents/Tabelas_especiais/Divggnp.xls

Déficit nominal do setor público deve totalizar R\$ 578 bilhões em 2021. O déficit do setor público consolidado também sofreu revisão importante, entre o RAF de novembro e o atual, compensando parte do efeito baixista produzido pelo PIB nominal mais elevado na relação dívida/PIB. Somando-se o resultado do governo central (apresentado na seção anterior) aos resultados esperados para os governos regionais e as estatais, o déficit primário do setor público consolidado deve encerrar 2021 em R\$ 231,1 bilhões (2,9% do PIB), abaixo dos R\$ 703 bilhões (9,5% do PIB) de 2020, mas ainda um resultado bastante negativo. Em novembro, projetávamos déficit primário de R\$ 207,2 bilhões para 2021. Ao déficit primário, agrega-se a despesa de juros, estimada em R\$ 346,9 bilhões (4,4% do PIB), totalizando projeção de R\$ 578 bilhões (7,3% do PIB) de déficit nominal para o setor público consolidado em 2021.

No cenário base, a dívida bruta atingirá 100% do PIB, entre 2027 e 2028, e não alcançará as condições de sustentabilidade até 2030. Para o período de 2022 a 2030, a dívida bruta seguirá crescendo em relação ao PIB, saltando de 93,5%, em 2022, para 103,4% do PIB em 2030. O nível crítico de 100% seria atingido entre 2027 e 2028. Cabe observar que, em relação ao cenário apresentado em novembro passado, a trajetória para a próxima década melhorou, mas continua marcada por um crescimento contínuo, sem horizonte de restauração das condições de sustentabilidade. Dito de outra forma, nosso cenário segue apontando dívida crescente por tempo indeterminado (Gráfico 21).

GRÁFICO 21. EVOLUÇÃO DAS PROJEÇÕES PARA A DBGG DE NOV/19 A FEV/21 – BASE



Fonte: IFI.

Desde abril de 2020, todas as curvas projetadas não contemplam um horizonte de estabilidade para a dívida/PIB no cenário base. Como se vê pelo Gráfico 21, desde que a IFI revisou, em abril de 2020, suas projeções, já sob efeito da crise da covid-19, a curva de dívida projetada no cenário base sofreu uma mudança estrutural. Basicamente, os impactos permanentes causados pelo ano de 2020 sobre a trajetória até 2030 não são neutralizados e a estabilidade em relação ao PIB não é mais alcançada. Para tanto, seria preciso adotar um conjunto de medidas que permitissem recuperar o superávit primário em um horizonte de médio prazo. Isso dependeria de ações do lado das despesas e/ou das receitas, que pudessem, dadas as projeções de PIB, reequilibrar o endividamento em relação ao PIB. Para uma consulta a todos os cenários traçados pela IFI, desde fevereiro de 2017, ver as Tabelas 19, 20 e 21, no fim desta seção.

PIB nominal mais alto deslocou projeções para baixo, mas com crescimento contínuo até 2030. Na Tabela 15, é possível observar os fatores condicionantes das projeções de dívida/PIB, no cenário base, para a média de 2020 a 2030,

tomando-se as médias dos indicadores selecionados para este período (incluindo o dado realizado de 2020). Em relação ao cenário base apresentado em novembro passado, o déficit primário médio projetado para o período passou de R\$ 197,5 bilhões para R\$ 154,6 bilhões ao ano. Já o PIB nominal passou de R\$ 9.988 bilhões para R\$ 10.282 bilhões. O crescimento médio anual do PIB oscilou de 1,7% para 1,8%, com juros reais avançando de 2,0% a 2,3% ao ano, sempre na média anual entre 2020 e 2030. Dito de outra forma, o aumento do PIB nominal esperado para o período explica boa parte do deslocamento para baixo na curva de projeções da dívida bruta/PIB entre o quadro de novembro passado e o atual.

TABELA 15. PREMISSAS RELEVANTES PARA O CENÁRIO BASE DA DBGG/PIB – MÉDIAS DE 2020 A 2030

	Cenário base					
	nov/19	abr/20	mai/20*	jun/20*	nov/20	fev/21
Resultado primário (R\$ bilhões)	33,7	-188,1	-255,8	-287,2	-197,5	-154,6
PIB nominal (R\$ bilhões)	10.626	10.186	10.186	9.639	9.988	10.282
Crescimento real do PIB (%)	2,3%	1,9%	1,9%	1,5%	1,7%	1,8%
Taxa de juros reais (%)	3,0%	2,8%	2,8%	2,5%	2,0%	2,3%

* Para ver as projeções de dívida em todos os cenários, checar as Tabelas 19, 20 e 21.

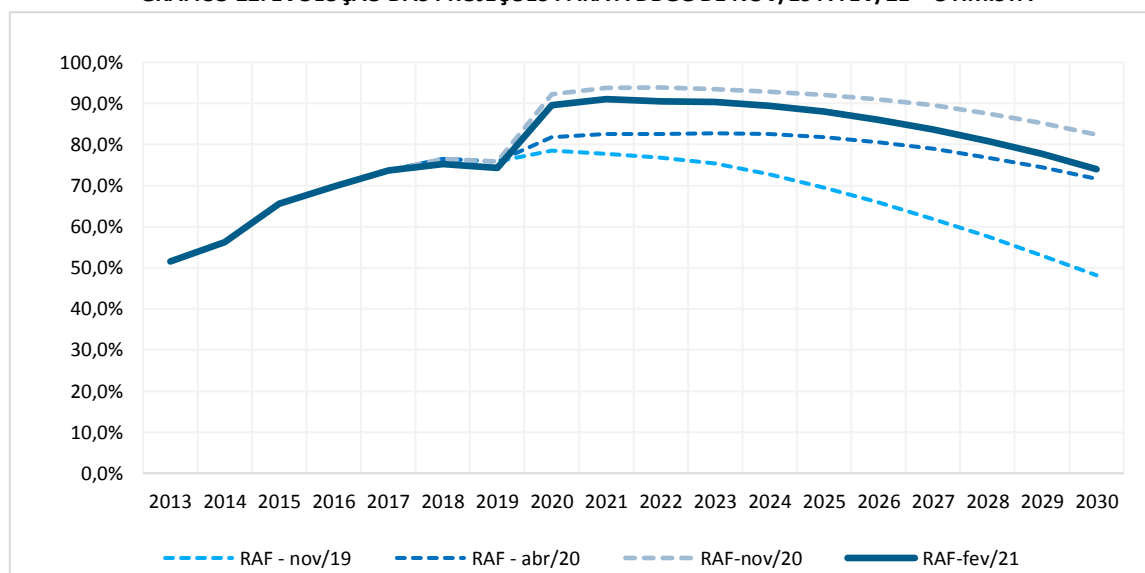
Fonte: IFI.

O déficit primário do setor público não será zerado, pelo menos, até 2030, e o déficit nominal seguirá pressionado. Particularmente, sobre o resultado primário do setor público consolidado, segregado em déficit primário e pagamento de juros, é possível analisar a evolução prospectiva na Tabela 18, no fim desta seção. O déficit primário passará de 2,9% do PIB, em 2021, para 0,6% do PIB, em 2030, sem voltar ao campo positivo. O déficit nominal deverá passar de 13,8% do PIB, em 2020, para 7,3%, em 2021, convergindo a 6,6% do PIB, até 2030, após diminuir a 5,6% do PIB em 2022. O déficit nominal volta a crescer sob a influência do aumento dos juros. A saber, a Selic deve subir de 2% ao ano, em 2020, para 7%, em 2025, permanecendo neste nível até 2030. As despesas com juros, por sua vez, passariam de 4,2% do PIB, em 2020, para 6% do PIB, em 2030.

3.2 Cenário otimista

No cenário otimista, a dívida/PIB alcançaria as condições de sustentabilidade entre 2021 e 2022. O cenário otimista da IFI contempla um quadro macroeconômico melhor do que o cenário base e este é o principal vetor a explicar a trajetória para a dívida/PIB apresentada a seguir. Em relação às simulações do cenário otimista do RAF de novembro de 2020, houve um deslocamento para baixo, mas mantendo-se o formato da curva. As projeções do atual cenário otimista indicam que a dívida bruta crescerá a 91% do PIB, em 2021, para então iniciar leve queda, em 2022, indicando alcance das condições de sustentabilidade. Até 2030, haveria uma redução da DBGG a 74% do PIB. O Gráfico 22 apresenta a trajetória atual comparada às anteriores do cenário otimista da IFI.

GRÁFICO 22. EVOLUÇÃO DAS PROJEÇÕES PARA A DBGG DE NOV/19 A FEV/21 – OTIMISTA



Fonte: IFI.

Previsão de superávit primário para o setor público melhora projeções do cenário otimista. A Tabela 16, a seguir, contém as médias anuais, de 2020 a 2030, para os principais fatores condicionantes dos diferentes cenários otimistas apresentados pela IFI, desde novembro de 2019 (pré-crise da covid-19). Entre novembro de 2020 e agora, a projeção de déficit primário médio passou de R\$ 42,5 bilhões a um superávit de R\$ 42,2 bilhões ao ano. Também o PIB nominal passou de R\$ 10.594 bilhões para R\$ 10.746 bilhões ao ano.

TABELA 16. PREMISSAS RELEVANTES PARA O CENÁRIO OTIMISTA DA DBGG/PIB – MÉDIAS DE 2020 A 2030

	Cenário otimista				
	nov/19	abr/20	jun/20*	nov/20	fev/21
Resultado primário (R\$ bilhões)	176,1	-29,7	-74,8	-42,5	42,2
PIB nominal (R\$ bilhões)	11.141	11.002	10.352	10.594	10.746
Crescimento real do PIB (%)	3,3%	3,2%	2,7%	2,8%	2,8%
Taxa de juros reais (%)	2,2%	2,3%	2,1%	1,7%	1,9%

* Para ver as projeções de dívida em todos os cenários, checar as Tabelas 19, 20 e 21.

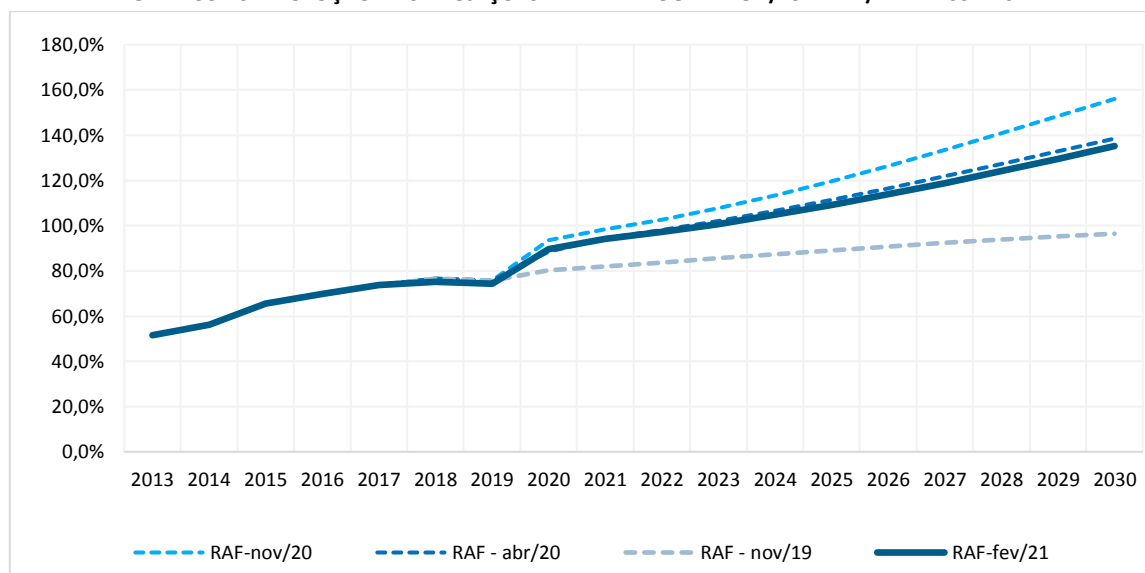
Fonte: IFI.

No cenário otimista, o setor público voltaria a ter superávit primário em 2024. Na Tabela 18, no fim desta seção, constam as projeções, ano a ano, para os três cenários, dos resultados primário e nominal do setor público. No cenário otimista, a recuperação do superávit primário aconteceria mais rapidamente, em razão da alta das receitas e da correção do teto de gastos por uma inflação mais baixa, permitindo maior esforço fiscal em menor prazo, no âmbito do governo central, em relação aos cenários base e pessimista. O déficit primário do setor público, no cenário otimista, sairia de 2,4% do PIB, em 2021, para um superávit de 0,2% do PIB, em 2024, aumentando a 3% do PIB até 2030. O déficit nominal ficaria mais baixo em relação ao base, convergindo a níveis inferiores a 1% do PIB até 2030, influenciado pela trajetória do primário e do pagamento de juros.

3.3 Cenário pessimista

Dívida bruta atingirá 100% do PIB entre 2022 e 2023. O cenário pessimista da IFI contempla, como discutido na seção anterior, uma trajetória mais pressionada para os gastos com previdência, além dos parâmetros macroeconômicos menos favoráveis. O crescimento econômico mais baixo influencia as receitas e dificulta a redução do déficit primário. No atual cenário pessimista, em 2030, a dívida/PIB chegaria a 135,2% do PIB. Antes, na versão do cenário pessimista de novembro passado, a dívida atingiria 156% do PIB em 2030. Ainda, entre 2022 e 2023, seria alcançado o nível de 100% do PIB, conforme Gráfico 23. Explicaremos, em seguida, os fatores condicionantes da nova trajetória.

GRÁFICO 23. EVOLUÇÃO DAS PROJEÇÕES PARA A DBGG DE NOV/19 A FEV/21 – PESSIMISTA



Fonte: IFI.

PIB nominal mais alto e juros mais baixos explicam melhora da trajetória do cenário pessimista, mas ainda sob uma tendência acelerada de alta. Dentre os principais fatores condicionantes das projeções para a dívida, no cenário pessimista, destaca-se a manutenção de um déficit primário médio anual elevado, entre 2020 e 2030, com uma variação pequena em relação ao esperado em novembro passado, de R\$ 340,3 bilhões para R\$ 337,2 bilhões ao ano. Por outro lado, o PIB nominal médio anual passou de R\$ 9.944 bilhões para R\$ 10.181 bilhões na comparação entre o RAF de novembro de 2020 e o quadro atual. Os juros reais ficaram 0,4 p.p. mais baixos, o que, ao lado do PIB nominal mais alto, ajuda a explicar a melhora da trajetória esperada no cenário pessimista atual em relação ao de novembro. Vale destacar que a tendência continua a ser de crescimento expressivo, sem horizonte para o alcance das condições de sustentabilidade.

TABELA 17. PREMISSAS RELEVANTES PARA O CENÁRIO PESSIMISTA DA DBGG/PIB – MÉDIAS DE 2020 A 2030

	Cenário pessimista				
	nov/19	abr/20	jun/20*	nov/20	fev/21
Resultado primário (R\$ bilhões)	17	-314,4	-499,7	-340,3	-337,2
PIB nominal (R\$ bilhões)	10.861	9.253	8.755	9.944	10.181
Crescimento real do PIB (%)	1,3%	0,5%	0,2%	0,8%	0,9%
Taxa de juros reais (%)	4,6%	3,7%	3,6%	3,9%	3,5%

* Para ver as projeções de dívida em todos os cenários, checar as Tabelas 19, 20 e 21.

Fonte: IFI.

Déficit primário persiste em níveis elevados, no cenário pessimista, até 2030, e riscos de gastos novos devem ser mapeados. Na Tabela 18, é possível ver que o déficit primário do setor público consolidado, no cenário pessimista, continuaria elevado ao longo de todo o período de projeção. O déficit sairia de 3,8% do PIB, em 2021, para 3,1% em 2030. As despesas de juros também ficam em patamar mais alto do que nos cenários base e otimista. Na média de 2020 a 2030, o déficit primário do setor público ficaria em 6,8% do PIB. Os riscos do cenário pessimista são bastante claros e devem ser acompanhados com cautela, a exemplo dos gastos com pessoal e de previdência, ainda que o peso do cenário macroeconômico seja elevado na explicação da evolução das variáveis fiscais, sobretudo em um contexto de alta rigidez orçamentária, que torna o resultado primário bastante susceptível à evolução das receitas.

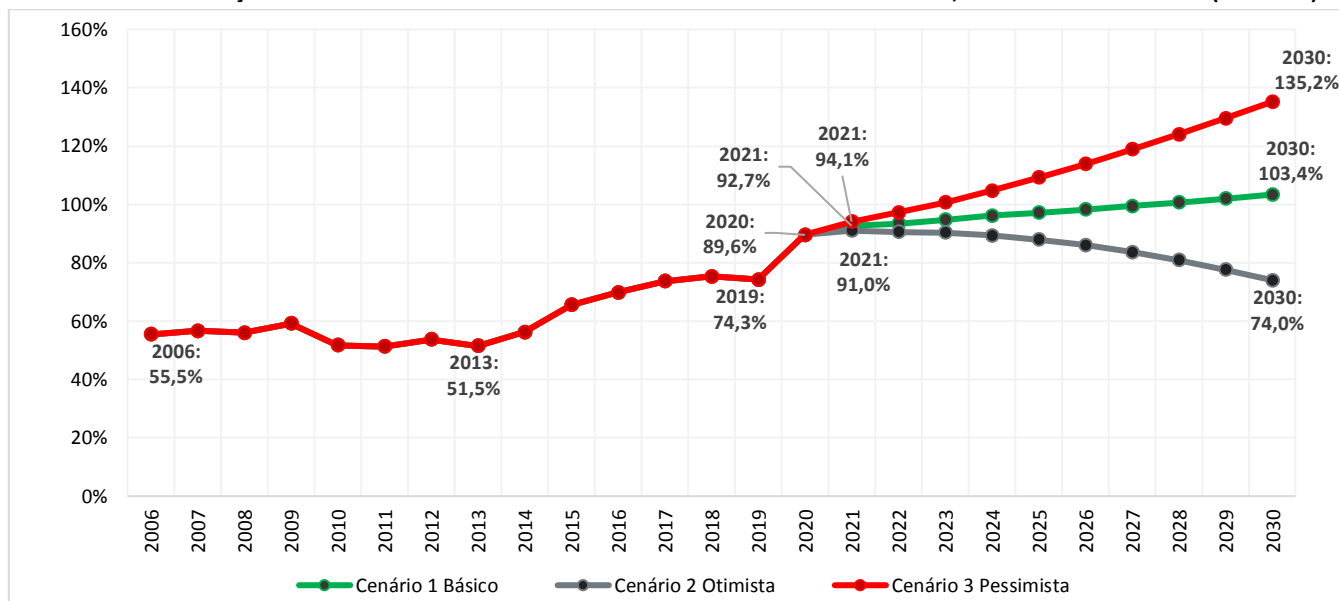
TABELA 18. DÉFICIT NOMINAL DO SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO E PAGAMENTO DE JUROS (% DO PIB)

	Base			Otimista			Pessimista		
	Resultado nominal	Resultado primário	Juros	Resultado nominal	Resultado primário	Juros	Resultado nominal	Resultado primário	Juros
2018	-6,96%	-1,55%	5,41%	-6,96%	-1,55%	5,41%	-6,96%	-1,55%	5,41%
2019	-5,79%	-0,84%	4,96%	-5,79%	-0,84%	4,96%	-5,79%	-0,84%	4,96%
2020	-13,75%	-9,52%	4,23%	-13,75%	-9,52%	4,23%	-13,75%	-9,52%	4,23%
2021	-7,29%	-2,92%	4,38%	-6,10%	-2,35%	3,76%	-8,51%	-3,81%	4,70%
2022	-5,61%	-1,66%	3,95%	-4,50%	-1,15%	3,35%	-7,35%	-2,66%	4,69%
2023	-5,69%	-1,38%	4,31%	-4,65%	-0,55%	4,09%	-7,91%	-2,54%	5,37%
2024	-5,92%	-1,14%	4,78%	-4,21%	0,16%	4,37%	-8,91%	-2,65%	6,26%
2025	-5,77%	-0,60%	5,18%	-3,66%	0,76%	4,42%	-9,68%	-2,65%	7,03%
2026	-5,89%	-0,47%	5,42%	-3,10%	1,25%	4,36%	-10,24%	-2,64%	7,60%
2027	-6,11%	-0,53%	5,59%	-2,60%	1,67%	4,26%	-10,89%	-2,79%	8,11%
2028	-6,28%	-0,55%	5,73%	-2,02%	2,11%	4,14%	-11,44%	-2,89%	8,55%
2029	-6,44%	-0,58%	5,86%	-1,44%	2,54%	3,98%	-12,00%	-3,00%	9,00%
2030	-6,61%	-0,61%	6,00%	-0,83%	2,96%	3,79%	-12,58%	-3,12%	9,46%
Média - 2020 a 2030	-6,9%	-1,8%	5,0%	-4,3%	-0,2%	4,1%	-10,3%	-3,5%	6,8%

Fonte: IFI.

Por fim, no Gráfico 24, apresentam-se os três cenários – base, otimista e pessimista – atuais. A tendência de alta da dívida permanece no cenário base, como já discutido, ainda que convergindo a níveis mais baixos do que os projetados em novembro de 2020. No cenário pessimista, a alta mais intensa do indicador dívida/PIB refletiria um quadro mais pressionado de despesas e de persistência de déficits primários elevados, cuja probabilidade é vista pela IFI como elevada, ainda que o cenário base seja o mais provável. O cenário otimista continua a ser o menos provável, mas precifica a possibilidade de alcançar as condições de sustentabilidade em menor prazo, sobretudo em razão de um eventual cenário de maior crescimento econômico e controle de gastos públicos.

GRÁFICO 24. PROJEÇÕES ATUALIZADAS PARA A DÍVIDA BRUTA DO GOVERNO GERAL – BASE, OTIMISTA E PESSIMISTA (% DO PIB)



Fonte: IFI.

TABELA 19. HISTÓRICO DE PROJEÇÕES PARA A DÍVIDA BRUTA DO GOVERNO GERAL – BASE (% DO PIB)

	RAF - fev/17	RAF - jun/17	RAF - set/17	RAF - out/17	RAF - fev/18	RAF - ago/18	RAF - nov/18	RAF - mar/19	RAF - nov/19	RAF - abr/20	RAF - mai/20	RAF - jun/20	RAF - nov/20	RAF - fev/21
2017	76,9%	76,2%	76,3%	76,2%	74,0%	74,0%	74,0%	74,1%	73,7%	73,7%	73,7%	73,7%	73,7%	73,7%
2018	80,2%	80,7%	79,8%	79,3%	75,8%	76,34%	76,0%	77,2%	76,5%	76,5%	76,5%	76,5%	76,5%	75,3%
2019	82,4%	83,9%	83,0%	82,5%	78,7%	78,5%	77,8%	79,6%	75,8%	75,8%	75,8%	75,8%	75,8%	74,3%
2020	82,8%	87,1%	86,5%	86,0%	81,2%	80,5%	79,7%	81,0%	79,3%	84,9%	86,6%	96,1%	93,1%	89,6%
2021	84,3%	89,3%	89,1%	88,6%	83,5%	82,2%	81,0%	82,1%	79,5%	87,3%	90,2%	98,6%	96,2%	92,7%
2022		91,5%	91,7%	91,3%	85,3%	83,5%	82,1%	83,5%	80,0%	88,7%	92,1%	100,3%	97,7%	93,5%
2023		92,4%	92,9%	92,7%	86,6%	84,1%	82,7%	84,6%	80,6%	90,5%	94,8%	102,2%	99,4%	94,7%
2024		92,3%	93,3%	93,3%	86,5%	84,1%	82,7%	85,3%	80,7%	92,7%	97,6%	104,7%	100,9%	96,2%
2025		91,4%	93,3%	93,5%	85,8%	83,3%	82,0%	85,5%	80,5%	94,5%	99,9%	107,5%	102,8%	97,2%
2026		90,6%	92,5%	92,7%	84,5%	81,9%	80,7%	85,2%	80,0%	96,1%	101,9%	110,0%	104,8%	98,2%
2027		88,9%	91,2%	91,6%	82,9%	80,0%	78,9%	84,6%	79,3%	97,5%	103,7%	112,4%	106,8%	99,4%
2028		87,1%	90,0%	90,5%	81,3%	78,2%	77,3%	84,3%	78,3%	98,6%	105,2%	114,4%	108,8%	100,7%
2029		84,3%	87,7%	88,5%	78,9%	75,3%	74,7%	83,3%	77,0%	99,5%	106,6%	116,1%	110,6%	102,0%
2030		81,5%	85,5%	86,6%	76,7%	72,6%	72,2%	82,6%	75,5%	100,2%	107,7%	117,6%	112,4%	103,4%

Fonte: IFI.

TABELA 20. HISTÓRICO DE PROJEÇÕES PARA A DÍVIDA BRUTA DO GOVERNO GERAL – OTIMISTA (% DO PIB)

	RAF - fev/17	RAF - jun/17	RAF - set/17	RAF - out/17	RAF - fev/18	RAF - ago/18	RAF - nov/18	RAF - mar/19	RAF - nov/19	RAF - abr/20	RAF - mai/20	RAF - jun/20	RAF - nov/20	RAF - fev/21
2017		75,7%		75,9%	74,0%	74,0%	74,0%	74,1%	73,7%	73,7%		73,7%	73,7%	73,7%
2018		79,2%		78,0%	75,0%	76,25%	75,8%	77,2%	76,5%	76,5%		76,5%	76,5%	75,3%
2019		81,5%		79,7%	76,6%	77,1%	76,2%	78,8%	75,8%	75,8%		75,8%	75,8%	74,3%
2020		83,4%		81,3%	77,1%	77,8%	76,4%	79,4%	78,5%	81,8%		92,2%	92,2%	89,6%
2021		83,9%		81,7%	76,8%	77,4%	76,0%	79,7%	77,7%	82,6%		92,4%	93,7%	91,0%
2022		84,6%		82,1%	75,7%	76,3%	74,8%	79,6%	76,7%	82,6%		92,0%	93,9%	90,5%
2023		83,3%		80,9%	73,9%	74,5%	72,9%	79,0%	75,4%	82,7%		92,1%	93,5%	90,3%
2024		81,0%		78,8%	70,7%	71,2%	69,6%	77,2%	72,7%	82,5%		92,0%	92,9%	89,4%
2025		77,6%		75,6%	66,8%	67,2%	65,7%	74,7%	69,5%	81,8%		91,3%	92,1%	88,0%
2026		74,2%		72,4%	62,1%	62,4%	61,0%	71,7%	65,8%	80,5%		90,1%	91,0%	86,0%
2027		69,7%		68,1%	57,0%	57,1%	55,9%	68,4%	61,9%	78,9%		88,6%	89,5%	83,7%
2028		65,1%		63,9%	52,0%	51,9%	50,9%	65,3%	57,6%	76,8%		86,4%	87,6%	80,9%
2029		59,4%		58,6%	46,0%	45,7%	45,1%	61,4%	53,0%	74,4%		83,8%	85,2%	77,7%
2030		53,6%		53,3%	40,1%	39,7%	39,4%	58,0%	48,2%	71,7%		80,8%	82,4%	74,0%

Fonte: IFI.

TABELA 21. HISTÓRICO DE PROJEÇÕES PARA A DÍVIDA BRUTA DO GOVERNO GERAL – PESSIMISTA (% DO PIB)

	RAF - fev/17	RAF - jun/17	RAF - set/17	RAF - out/17	RAF - fev/18	RAF - ago/18	RAF - nov/18	RAF - mar/19	RAF - nov/19	RAF - abr/20	RAF - mai/20	RAF - jun/20	RAF - nov/20	RAF - fev/21
2017		76,9%		76,8%	74,0%	74,0%	74,0%	74,1%	73,7%	73,7%		73,7%	73,7%	73,7%
2018		83,9%		82,3%	77,0%	76,75%	76,4%	77,2%	76,5%	76,5%		76,5%	76,5%	75,3%
2019		89,1%		88,3%	81,6%	80,2%	79,2%	80,2%	75,8%	75,8%		75,8%	75,8%	74,3%
2020		94,4%		94,8%	85,7%	83,8%	82,3%	82,6%	80,3%	88,5%		101,3%	93,6%	89,6%
2021		99,0%		100,6%	90,2%	87,2%	85,6%	86,1%	81,9%	94,4%		108,8%	98,4%	94,1%
2022		103,9%		106,9%	94,9%	90,8%	88,8%	89,7%	83,7%	98,1%		113,5%	102,5%	97,2%
2023		107,8%		112,1%	99,4%	94,0%	91,6%	92,9%	85,7%	102,1%		119,4%	107,7%	100,6%
2024		110,9%		116,6%	102,5%	96,5%	93,8%	95,6%	87,4%	106,7%		126,2%	113,3%	104,7%
2025		113,4%		120,5%	105,2%	98,5%	95,6%	98,1%	89,1%	111,5%		133,8%	119,7%	109,2%
2026		116,3%		124,8%	107,5%	99,9%	96,8%	100,0%	90,7%	116,6%		142,0%	126,5%	113,8%
2027		118,5%		128,4%	109,7%	101,0%	97,8%	102,0%	92,3%	121,9%		150,5%	133,6%	118,8%
2028		121,0%		132,5%	112,2%	102,2%	99,0%	104,2%	93,8%	127,3%		158,9%	140,9%	124,1%
2029		122,6%		135,9%	114,1%	102,5%	99,4%	106,0%	95,2%	132,8%		167,4%	148,3%	129,5%
2030		124,5%		139,7%	116,4%	102,9%	100,0%	108,1%	96,4%	138,5%		176,0%	156,0%	135,2%

Fonte: IFI.

Tabelas fiscais

TABELA 22. PROJEÇÕES DA IFI PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – CENÁRIO BASE (% do PIB)

Discriminação	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Receita Bruta	19,87	20,64	20,83	20,94	21,05	21,17	21,17	21,20	21,21	21,22	21,22
Transferências por repartição de receita a E&M	3,57	3,82	3,89	3,93	3,97	4,01	4,01	4,03	4,04	4,04	4,05
Receita Líquida	16,30	16,82	16,94	17,01	17,09	17,17	17,16	17,18	17,18	17,18	17,17
Despesa Primária	26,36	19,94	18,68	18,43	18,22	17,75	17,59	17,67	17,69	17,71	17,74
Obrigatórias	24,89	18,62	17,41	17,19	17,02	16,83	16,70	16,80	16,84	16,89	16,94
Benefícios previdenciários	8,99	8,89	8,77	8,75	8,74	8,71	8,67	8,81	8,93	9,06	9,18
Pessoal e encargos sociais	4,35	4,27	4,08	3,96	3,85	3,73	3,62	3,62	3,63	3,63	3,63
Abono e Seguro desemprego	0,81	0,77	0,75	0,73	0,71	0,69	0,67	0,65	0,63	0,61	0,59
Abono salarial	0,27	0,24	0,24	0,23	0,22	0,22	0,21	0,20	0,20	0,19	0,19
Seguro desemprego	0,54	0,53	0,51	0,50	0,48	0,47	0,46	0,44	0,43	0,42	0,40
BPC	0,85	0,84	0,84	0,83	0,83	0,83	0,82	0,82	0,81	0,81	0,80
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	0,13	0,12	0,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Complementação da União ao FUNDEB	0,20	0,25	0,31	0,35	0,39	0,43	0,54	0,59	0,59	0,59	0,59
Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	0,15	0,15	0,14	0,14	0,13	0,13	0,13	0,12	0,12	0,12	0,11
Sentenças judiciais e precatórios (custeio e capital)	0,31	0,26	0,26	0,26	0,26	0,26	0,26	0,26	0,26	0,26	0,26
Subsídios e Subvenções	0,28	0,18	0,17	0,17	0,16	0,16	0,15	0,15	0,15	0,14	0,14
Demais obrigatórias	8,83	2,90	2,05	2,00	1,94	1,89	1,83	1,78	1,73	1,68	1,63
sem Controle de Fluxo	7,02	0,98	0,15	0,15	0,14	0,14	0,13	0,13	0,12	0,12	0,11
com Controle de Fluxo	1,81	1,92	1,89	1,85	1,80	1,75	1,70	1,65	1,61	1,56	1,52
dos quais Bolsa Família	0,26	0,44	0,43	0,42	0,41	0,39	0,38	0,37	0,36	0,35	0,34
Discrecionárias do Poder Executivo	1,46	1,32	1,28	1,24	1,21	0,92	0,89	0,87	0,85	0,82	0,80
Resultado Primário	-10,06	-3,12	-1,74	-1,42	-1,14	-0,58	-0,43	-0,49	-0,51	-0,53	-0,57
Memo:											
Gastos com a Covid-19	7,05	0,81	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PIB nominal (R\$ bilhões)	7387,05	7926,21	8458,21	8971,23	9514,75	10104,87	10731,60	11397,20	12104,08	12854,80	13652,08

TABELA 23. PROJEÇÕES DA IFI PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – CENÁRIO OTIMISTA (% do PIB)

Discriminação	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Receita Bruta	19,87	21,00	21,27	21,55	21,78	22,07	22,30	22,44	22,57	22,69	22,80
Transferências por repartição de receita a E&M	3,57	3,85	3,93	3,99	4,03	4,09	4,13	4,14	4,15	4,16	4,16
Receita Líquida	16,30	17,15	17,34	17,57	17,75	17,98	18,17	18,30	18,41	18,53	18,63
Despesa Primária	26,36	19,73	18,63	18,23	17,68	17,30	16,99	16,70	16,36	16,04	15,73
Obrigatórias	24,89	18,39	17,33	16,98	16,63	16,30	16,02	15,77	15,47	15,19	14,91
Benefícios previdenciários	8,99	8,84	8,76	8,65	8,53	8,40	8,27	8,11	7,96	7,81	7,67
Pessoal e encargos sociais	4,35	4,24	4,07	3,94	3,81	3,68	3,56	3,52	3,49	3,46	3,43
Abono e Seguro desemprego	0,81	0,77	0,74	0,71	0,68	0,65	0,63	0,60	0,58	0,55	0,53
Abono salarial	0,27	0,24	0,23	0,23	0,22	0,21	0,20	0,19	0,18	0,17	0,17
Seguro desemprego	0,54	0,53	0,51	0,49	0,47	0,45	0,43	0,41	0,39	0,38	0,36
BPC	0,85	0,84	0,83	0,82	0,81	0,80	0,78	0,77	0,76	0,75	0,74
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	0,13	0,12	0,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Complementação da União ao FUNDEB	0,20	0,25	0,31	0,35	0,39	0,43	0,54	0,59	0,59	0,59	0,59
Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	0,15	0,14	0,14	0,13	0,13	0,12	0,12	0,11	0,11	0,11	0,10
Sentenças judiciais e precatórios (custeio e capital)	0,31	0,26	0,26	0,26	0,26	0,26	0,26	0,26	0,26	0,26	0,26
Subsídios e Subvenções	0,28	0,18	0,17	0,16	0,16	0,15	0,15	0,14	0,13	0,13	0,12
Demais obrigatórias	8,83	2,76	2,03	1,95	1,88	1,80	1,73	1,66	1,60	1,53	1,47
sem Controle de Fluxo	7,02	0,85	0,15	0,15	0,14	0,13	0,13	0,12	0,11	0,11	0,10
com Controle de Fluxo	1,81	1,91	1,87	1,81	1,74	1,67	1,60	1,54	1,48	1,42	1,37
dos quais Bolsa Família	0,26	0,44	0,42	0,41	0,39	0,38	0,36	0,35	0,33	0,32	0,31
Discrecionárias do Poder Executivo	1,46	1,34	1,30	1,25	1,04	1,00	0,96	0,93	0,89	0,85	0,82
Resultado Primário	-10,06	-2,58	-1,29	-0,66	0,07	0,68	1,18	1,60	2,05	2,49	2,91
Memo:											
Gastos com a Covid-19	7,05	0,68	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PIB nominal (R\$ bilhões)	7387,05	7971,80	8534,54	9124,25	9781,82	10486,79	11242,56	12052,80	12921,43	13852,66	14851,01

TABELA 24. PROJEÇÕES DA IFI PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – CENÁRIO PESSIMISTA (% DO PIB)

Discriminação	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Receita Bruta	19,87	20,16	20,41	20,34	20,32	20,36	20,33	20,34	20,33	20,33	20,32
Transferências por repartição de receita a E&M	3,57	3,78	3,86	3,86	3,86	3,88	3,88	3,89	3,89	3,90	3,91
Receita Líquida	16,30	16,37	16,55	16,48	16,46	16,48	16,45	16,45	16,44	16,43	16,42
Despesa Primária	26,36	20,35	19,29	19,07	19,13	19,15	19,11	19,26	19,35	19,45	19,55
Obrigatórias	24,89	18,99	17,95	18,01	18,10	18,15	18,25	18,41	18,52	18,63	18,75
Benefícios previdenciários	8,99	8,91	9,20	9,42	9,63	9,80	9,96	10,10	10,23	10,37	10,51
Pessoal e encargos sociais	4,35	4,28	4,14	4,04	3,95	3,84	3,74	3,78	3,81	3,85	3,88
Abono e Seguro desemprego	0,81	0,77	0,76	0,74	0,73	0,71	0,70	0,69	0,67	0,66	0,65
Abono salarial	0,27	0,25	0,24	0,24	0,23	0,23	0,22	0,22	0,21	0,21	0,21
Seguro desemprego	0,54	0,53	0,52	0,51	0,50	0,49	0,48	0,47	0,46	0,45	0,44
BPC	0,85	0,85	0,84	0,84	0,84	0,84	0,83	0,83	0,82	0,82	0,81
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	0,13	0,12	0,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Complementação da União ao FUNDEB	0,20	0,25	0,31	0,35	0,39	0,43	0,54	0,59	0,59	0,59	0,59
Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	0,15	0,15	0,14	0,14	0,14	0,14	0,13	0,13	0,13	0,13	0,12
Sentenças judiciais e precatórios (custeio e capital)	0,31	0,26	0,26	0,26	0,26	0,26	0,26	0,26	0,26	0,26	0,26
Subsídios e Subvenções	0,28	0,18	0,17	0,17	0,17	0,16	0,16	0,16	0,16	0,15	0,15
Demais obrigatórias	8,83	3,22	2,08	2,04	2,00	1,95	1,92	1,88	1,84	1,81	1,77
sem Controle de Fluxo	7,02	1,30	0,16	0,15	0,15	0,14	0,14	0,13	0,13	0,13	0,12
com Controle de Fluxo	1,81	1,93	1,92	1,88	1,85	1,81	1,78	1,74	1,71	1,68	1,65
dos quais Bolsa Família	0,26	0,44	0,43	0,43	0,42	0,41	0,40	0,39	0,39	0,38	0,37
Discricionárias do Poder Executivo	1,46	1,36	1,33	1,06	1,04	1,00	0,86	0,85	0,83	0,82	0,80
Resultado Primário	-10,06	-3,97	-2,74	-2,58	-2,67	-2,67	-2,66	-2,80	-2,91	-3,02	-3,13
Memo:											
Gastos com a Covid-19	7,05	1,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PIB nominal (R\$ bilhões)	7387,05	7903,68	8365,81	8860,54	9397,38	9979,14	10602,89	11267,70	11974,69	12725,98	13524,21

Projeções da IFI

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Projeções				
							2020	2021	2022	2023	2024
PIB – crescimento real (% a.a.)	0,50	-3,55	-3,28	1,32	1,78	1,41	-4,50	2,99	2,63	2,20	2,23
PIB – nominal (R\$ bilhões)	5.779	5.996	6.269	6.585	7.004	7.407	7.387	7.926	8.458	8.971	9.515
IPCA – acum. (% no ano)	6,41	10,67	6,29	2,95	3,75	4,31	4,52	3,61	3,40	3,21	3,18
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	2,66	3,90	3,26	3,31	3,87	4,03	5,20	5,27	5,21	5,16	5,10
Ocupação - crescimento (%)	1,48	0,05	-1,87	0,35	1,41	1,99	-7,79	2,00	1,65	1,45	1,32
Massa salarial - crescimento (%)	3,97	-1,12	-3,24	1,85	3,04	2,47	-4,50	2,99	2,63	2,20	2,23
Selic – fim de período (% a.a.)	11,75	14,25	13,75	7,00	6,50	4,50	2,00	3,50	4,50	5,50	6,50
Juros reais <i>ex-post</i> (% a.a.)	5,02	3,23	7,02	3,94	2,65	0,19	-2,41	-0,11	1,06	2,22	3,22
Resultado Primário do Setor Público Consolidado (% do PIB)	-0,56	-1,86	-2,48	-1,68	-1,55	-0,84	-9,52	-2,92	-1,66	-1,38	-1,14
dos quais Governo Central	-0,41	-2,01	-2,57	-1,89	-1,72	-1,28	-10,06	-3,12	-1,76	-1,46	-1,19
Juros Nominais Líquidos (% do PIB)	5,39	8,37	6,49	6,09	5,41	4,96	4,23	4,38	3,95	4,31	4,78
Resultado Nominal (% do PIB)	-5,95	-10,22	-8,98	-7,77	-6,96	-5,79	-13,75	-7,29	-5,61	-5,69	-5,92
Dívida Bruta do Governo Geral (% do PIB)	56,28	65,50	69,84	73,72	75,27	74,26	89,56	92,67	93,46	94,74	96,15

ifi